



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 172ª Reunião Ordinária

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h07, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, por videoconferência, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram remotamente: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho; Aldo Cuomo, Fábio Teizo Belo da Silva, Juliana Velho, Paulo Rafael Minetto Maceta, membros titulares, e, Henrique Lima Leite membro suplente no exercício da titularidade; Ana Luiza Guanaes Marino, Daniel Coelho, Luiz Gustavo de Castro Oliveira, membros suplentes. Pela Fundação, presencialmente: André Veras, Diretor de Segurança; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo. Remotamente: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor Presidente, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa; Ana Flavia Cunha Canabrava, Joseane da Silva Prado e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência; e Renata Simões de Souza, Assessora Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade. Aberta a reunião, a Presidente Marina confirmou o quórum para instalação da reunião, deu as boas-vindas aos presentes e iniciou tratando do **primeiro item da pauta aprovação da Ata da 171ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**: A minuta da ata da 171ª Reunião Ordinária foi previamente submetida a todos os Conselheiros, com os apontamentos recebidos devidamente incorporados ao documento, restando aprovada, por unanimidade. Na sequência, a Presidente Marina submeteu à apreciação o **segundo item da pauta aprovação do novo membro indicado para compor o Comitê Gestor do Plano PREVCOM MULTI e ratificação de membro do Comitê Gestor do Plano PREVCOM SP**. A Presidente submeteu à apreciação do Conselho Deliberativo a indicação do Sr. Anderson Ricardo Finamore, indicado pelo Município de Louveira, para compor o Comitê Gestor do Plano PREVCOM MULTI, bem como a ratificação da indicação do Sr. Jadir Pires de Borba, indicado pela Prefeitura do Município de São Paulo, para integrar o Comitê Gestor do Plano PREVCOM SP. O Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a indicação e a ratificação dos respectivos membros. A Presidente ressaltou a necessidade de os indicados observarem o prazo regulamentar para obtenção da certificação exigida para o exercício da função, conforme previsto nas normas de governança da Fundação, alertando que o descumprimento do prazo poderá ensejar comunicação ao patrocinador para nova indicação. O Secretário informou que essa orientação consta da documentação encaminhada aos patrocinadores e aos respectivos indicados, comprometendo-se a reforçar o referido alerta. Dando continuidade à pauta, o **terceiro item Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de maio de 2026** foi apresentado por Hugo Mol, Diretor de Investimentos, que expôs o comparativo de rentabilidade por plano com base na relação risco e retorno dos últimos 36 meses, destacando o posicionamento mais conservador do Plano PA e a maior exposição a fundos de participação do Plano RG; a performance por plano nos horizontes mensal, anual, 12,

24 e 36 meses frente às respectivas metas; a rentabilidade acumulada da carteira em comparação ao CDI, que atingiu 127,4% da meta em 36 meses; o comparativo de desempenho frente a 141 EFPCs, realizado pela consultoria Aditus; a rentabilidade acumulada por indicador até maio; a distribuição dos investimentos por segmento, evidenciando o desempenho negativo de ações e fundos em participação no mês frente ao resultado positivo do segmento de exterior; a rentabilidade acumulada desde 2013; a composição da carteira entre 24 gestores; o retorno dos 42 fundos de investimento frente à meta Prevcom; as movimentações financeiras de maio, incluindo arrecadação de R\$ 57,8 milhões e cupons de NTN-B no valor de R\$ 31 milhões; os aportes mensais em fundos de caixa, chamadas de capital e novos investimentos ao longo do ano; os resgates de participantes por plano; a distribuição de ativos por plano de benefícios, com crescimento patrimonial de 23,46% em 12 meses; os resultados do Plano de Gestão Administrativa (PGA); e o plano de ação da Diretoria de Investimentos. No âmbito do plano de ação, Hugo apresentou a forte correlação identificada entre os mandatos de renda fixa referenciados ao IMA-B 5 geridos por Itaú, Santander e Bradesco, com coeficientes de correlação próximos a 0,99, e informou que a Diretoria pretende consolidar esses mandatos em um único fundo ao longo de julho e agosto. Informou ainda que o fundo Itaú Institucional Optimus, do mandato CDI ativo, será integralmente resgatado em razão de desenquadramento gerencial, com participação de 26% no patrimônio líquido do fundo frente ao limite regulamentar de 25%, associado a elevado risco de mercado, e que o fundo BTG do mesmo mandato, com participação próxima a 20%, será monitorado quanto ao mesmo risco. O Conselheiro Paulo, sugeriu que, nas próximas reuniões, os gráficos de risco e retorno sejam apresentados de forma agrupada por segmento, a fim de facilitar a leitura pelos conselheiros, e questionou a manutenção do fundo exclusivo gerido pela Polo Capital Management, dado seu posicionamento desfavorável na relação risco-retorno frente aos demais fundos de crédito. Hugo esclareceu que aprofundará a análise do fundo, ainda em fase de maturação de mandato, trazendo indicativo na próxima reunião, e informou que a taxa global de até 1% prevista em regulamento não vem sendo cobrada, tendo sido debitada até o momento apenas a taxa de administração de 0,40%. O Conselheiro Daniel recomendou cautela na avaliação de gestores em razão da atipicidade do exercício e sugeriu que a análise de performance considere horizontes de 12, 24 e 36 meses, além de reforçar a conveniência de redução da diversificação de gestores para simplificar a gestão da carteira. Questionado sobre os FIPs, Hugo esclareceu que a posição representa 6% da carteira, concentrada nos planos RG, UNIS e RP, tendo a Diretoria aprofundado a análise apenas nos fundos Spectra e BTG Infra, este último com participação relevante na Cosan. Quanto aos investimentos com exposição ao crédito, Hugo destacou o rebaixamento da nota de três ativos: Energisa, AEGEA e Kora Saúde, ressaltando que a carteira permanece concentrada em ativos bancários e debêntures. A Presidente Marina, questionou se há previsão regulamentar no Fundo Exclusivo Polo sobre rating mínimo para os créditos da carteira; Hugo respondeu que, em geral, os regulamentos admitem até 5% de exposição em grau especulativo, comprometendo-se a confirmar o percentual aplicável ao fundo Polo Capital na próxima reunião. Sobre a carteira de empréstimos, Hugo apresentou dados preliminares de patrimônio líquido de R\$ 69 milhões, 1.300 contratos ativos e taxa mensal de 1,14%, superior ao índice de referência dos planos, e informou que a Diretoria avalia a contratação de empresa especializada em cobrança, com custo estimado de R\$ 12 mil mensais. O Conselheiro Aldo, questionou os mecanismos de cobrança de inadimplência e as garantias envolvidas; o Diretor de Seguridade, André Veras, esclareceu que a excussão de garantia já foi realizada em cinco oportunidades e que a cobrança é atualmente feita por boleto emitido e acompanhado pelo BTG. O Conselheiro Henrique, questionou a viabilidade de consignação em folha; Marina e Fábio Teizo, Conselheiros, ponderaram que decreto estadual restringe a consignação a instituições financeiras, sendo necessário verificar se alterações recentes na norma passaram a admitir a participação da PREVCOM. Daniel sugeriu, adicionalmente, avaliar meios de pagamento alternativos ao boleto, como PIX, para redução da inadimplência, e Sylvio, Diretor Presidente, classificou como risco moral a prática de resgate antecipado com deságio como alternativa à ausência de consignado. No que se refere ao Relatório Mensal de Monitoramento dos Investimentos apresentado em anexo, o Diretor Hugo

destacou o impacto da desvalorização de ativos de renda variável e estruturados sobre a rentabilidade do mês, o aumento de rebaixamentos de rating ao longo de 2026, o descasamento entre a *duration* dos planos de benefícios, de 10 anos, e a liquidez predominante em D+1 dos fundos da carteira, sugerindo maior alocação em títulos públicos marcados na curva, bem como o desenquadramento gerencial do fundo Itaú Institucional Optimus, cuja participação atingiu 26,65% do patrimônio líquido do fundo investido. Concluída a apresentação, Hugo comprometeu-se a confirmar o limite regulamentar de rating aplicável ao fundo Polo Capital e a aprofundar o estudo sobre a viabilidade legal da consignação em folha, com retorno previsto para a próxima reunião. A Diretoria de Investimentos, por sua vez, emitirá Nota Técnica para definição do melhor momento de resgate do fundo Itaú Institucional Optimus, já tendo solicitado esclarecimentos ao gestor Polo Capital a respeito da deterioração do risco de crédito observada em seus investimentos. Na sequência **o quarto item Acompanhamento do PAINT 2026 e dos Planos de Ação – Auditoria**: A Sra. Sueli, Chefe da Auditoria Interna, relatou a estruturação da governança dos planos de ação, com emissão de relatório consolidado, e informou que a ferramenta de acompanhamento já está em operação na Diretoria de Tecnologia da Informação, permitindo maior coordenação das informações, com previsão de expansão para a Presidência em julho e agosto e, na sequência, para a Diretoria de Investimentos. Sueli destacou como pontos de atenção a política de acessos, cujo plano de ação está vencido e ganha relevância diante da transição de sistemas em curso na MJ PREV; a contratação de sistema de segurança do tipo SOC (*“Security Operations Center”*), com pregão previsto para 13 de julho, condicionado a parecer da COETIC (Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação); as análises de vulnerabilidade, vinculadas à mesma transformação de TI; a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), já em tratativa de contratação de consultoria especializada; e o estreitamento com o TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) para verificação dos pontos atendidos parcial ou integralmente. A Presidente Marina, questionou se já haviam sido elaborados os memoriais referentes as contas pendentes de julgamento no TCESP. Sueli confirmou a conclusão do material, repassado a Sylvio, Diretor Presidente, que esclareceu estarem em julgamento as contas de 2024, com elemento de resposta já preparado, e manifestou intenção de agendar visita presencial ao TCESP após alinhamento interno, evitando o envio de resposta exclusivamente por escrito. Sylvio informou ainda que parte das impropriedades apontadas já vem sendo tratada de forma efetiva, cabendo apenas ajustes pontuais, e propôs reunião prévia com Marina e com o Conselheiro do Conselho Fiscal Leonardo José Mattos Sultani para consolidar a resposta antes do agendamento junto a Corte de Contas. Sueli prosseguiu relatando a evolução do inventário de planos de ação, que passou de 60 (sessenta) para 43 (quarenta e três) itens pendentes, com baixa de sete planos de ação no último mês: três relacionados à Diretoria de Investimentos, cujas recomendações de risco de investimento passaram a ser atendidas pelo acompanhamento realizado pela consultoria Aditus; um relativo à consolidação de cronogramas, pareceres técnicos e atas de comitês no sistema SEI (sistema eletrônico de informações); um referente à avaliação do Regimento e das Regras Operacionais do Comitê de Auditoria (COAUD) frente aos requisitos do Selo ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), com manifestação favorável do próprio COAUD; um relativo ao acompanhamento de serviços de terceiros pelos fiscais de contrato, tratado por meio de treinamentos e controles internos; e um relativo à migração das informações do sistema SEREL, descontinuado, para o sistema MJ PREV, concluída em maio. Foram baixados também os pontos do TCESP referentes à observância do princípio da paridade na composição do Conselho Deliberativo, com implantação de painel de governança na Presidência, e à qualificação das informações para tomada de decisão, atendido pela implantação do Planejamento Estratégico 2025-2028. Sueli informou que 72% dos planos de ação encontram-se a vencer e que os planos vencidos se concentram principalmente nos temas de LGPD e cibersegurança, em decorrência da transformação tecnológica em curso. Relatou, por fim, que submeteu ao COAUD uma proposta de critérios e alçadas para prorrogação de prazos de planos de ação, com manifestação favorável do Comitê, prevendo aprovação escalonada entre Auditoria Interna, Comitê de Auditoria e Conselho Deliberativo conforme a criticidade do risco

envolvido, e que o tema será submetido à deliberação do Conselho Deliberativo na reunião de 30 de julho de 2026, mediante nota técnica. O Conselheiro Fábio, questionou qual seria o instrumento formal decorrente da proposta de critérios de prorrogação. Sueli esclareceu que o regimento da auditoria interna não requer aprovação do Conselho Deliberativo, mas que os critérios de alçada serão submetidos por meio de nota técnica específica, cuja aprovação, caso deliberada, será posteriormente incorporada ao manual da auditoria interna. O Conselheiro Aldo, registrou agradecimento pelo envio antecipado do material. Em continuidade, o **quinto item Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos**: a Sra. Renata Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, informou que, dos 27 (vinte e sete) planos de ação originalmente associados a riscos críticos e altos, restam 9 (nove) em aberto, distribuídos entre a Diretoria de Tecnologia da Informação, a Diretoria Administrativa e a Diretoria de Relacionamento Institucional. Quanto ao risco de geração de informação incorreta por alteração de arquivos, Renata relatou que o mapeamento dos processos atuais (“as is”) para implantação do sistema de gestão de clientes CRM da *Salesforce* foi 100% concluído, em trabalho conjunto entre a Diretoria de Relacionamento Institucional e a Diretoria de Seguridade, com a análise de oportunidades de melhoria também concluída e a proposição do modelo dos processos futuros (“to be”) em andamento, a cargo da empresa de consultoria Círculo que foi contratada para essa ajudar nessa atividade. Informou que a Diretoria de Tecnologia da Informação já realizou carga de dados fictícios para testes de fluxo e que a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, em conjunto com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, avalia a conformidade dos dados pessoais a serem migrados à LGPD, havendo estudo em curso sobre a contratação de serviço especializado para elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados em razão do volume expressivo de dados a serem migrados. Sobre o risco de continuidade de negócios associado a ataques cibernéticos, Renata informou que o próximo passo é a aprovação do procedimento de *backup* e restauração, com operacionalização prevista para setembro, e que a contratação do sistema SaaS (“*Software as a Service*”) de cibersegurança teve a sessão pública prorrogada para 13 de julho, em razão de tratativas com o COETIC. Quanto ao seguro cyber, relatou que a pesquisa de preços foi prorrogada até 26 de junho por insuficiência de propostas no prazo inicial, e que a contratação de serviço de monitoramento de *dark web* será replanejada em função do volume de contratações em curso na área de tecnologia. O Diretor Presidente Sylvio, complementou a informação sobre a substituição do sistema MJDS, esclarecendo que o termo de referência está em fase de finalização, com conclusão prevista para a semana seguinte, a partir de quando terá início a pesquisa de preços. Renata confirmou o ajuste da informação. Quanto ao risco de não cumprimento de prestação de serviço na Diretoria Administrativa, Renata informou que será realizado treinamento para fiscais e gestores de contratos, com apoio da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, em caráter anual, com prazo previsto até 31 de agosto. No âmbito da Diretoria de Relacionamento Institucional, Renata relatou o risco de repasse de informações incorretas por agentes comerciais visando benefício próprio por comissionamento, informando que o Diretor Ugo Garcia estruturou conjunto de ações de monitoramento, padronização de conduta, capacitação e controle, incluindo maior rastreabilidade das propostas repassadas a prospecções, alinhamento contínuo com agentes e supervisores, plantões de acompanhamento, capacitações periódicas e elaboração de acordo de nível de serviço com regras de conduta. O Conselheiro Daniel, questionou a vigência do contrato com a Mongeral; Vanessa, Diretora Administrativa, confirmou vigência até 2028. Renata acrescentou que a Ouvidoria da PREVCOM passou a monitorar, desde maio, eventuais reclamações decorrentes de conduta inadequada de agentes comerciais, não havendo registros dessa natureza até o momento. Antes de prosseguir para o próximo item da pauta, a Presidente Marina, devolveu a palavra a Hugo, Diretor de Investimentos, para resposta à questão pendente sobre a previsão regulamentar acerca de rating mínimo para os créditos da carteira do Fundo Exclusivo Polo. Hugo informou que o Regulamento do fundo exclusivo veda a aplicação em títulos de baixo risco de crédito e que, portanto, há desenquadramento no ativo identificado, decorrente de posições já existentes no fundo master anteriormente à constituição do fundo exclusivo. Informou que irá notificar

imediatamente o Gestor do Fundo para providenciar a regularização do enquadramento dos ativos, mediante venda parcial do ativo ou apresentação de plano de ação. Questionado por Paulo Maceta, Conselheiro, e pela Presidente Marina sobre se o caso relatado representava amostra isolada ou exigiria varredura completa da carteira do Fundo Exclusivo Polo, Hugo confirmou que havia verificado a existência de mais dois ativos desenquadrados, além do que mencionado anteriormente na reunião, Kora Saúde Participações, International Meal Company Alimentação S.A e a Cia Siderúrgica Nacional, totalizando exposição aproximada de R\$ 1 milhão, e comprometeu-se a adotar as providências necessárias. Hugo esclareceu ainda que o desenquadramento por rating aplica-se especificamente ao regulamento do fundo exclusivo, não identificado anteriormente pela Consultoria Aditus por se tratar de desenquadramento de fundo de investimento e não desenquadramento legal, e que, nos demais fundos abertos da carteira, a vedação à aplicação em grau especulativo decorre da Política de Investimentos da PREVCOM, de modo que eventual migração de um ativo para grau especulativo por deterioração superveniente do risco de crédito caracteriza desenquadramento passivo, sem necessidade de venda compulsória. Na sequência **sexto item da pauta Relatos e Comunicações do Diretor Presidente**: Sylvio comunicou a publicação do edital do concurso público da PREVCOM, com previsão de preenchimento de 56 (cinquenta e seis) vagas, e registrou agradecimento à Diretoria Administrativa e ao apoio recebido da Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, do Conselho Deliberativo e de todas as autoridades envolvidas ao longo do processo. Sylvio solicitou à Marina, espaço na pauta da próxima reunião ordinária para apresentação de balanço dos dois anos de gestão da atual Diretoria Executiva, acompanhado de visão sobre as perspectivas do mercado de previdência complementar e o papel da PREVCOM nesse cenário, como preparação para a apresentação do planejamento estratégico e do orçamento previstos para até setembro. Marina acolheu a solicitação e informou que a definição do tempo necessário será tratada diretamente com a Secretaria dos Conselhos por ocasião da montagem da pauta. Daniel, Conselheiro, parabenizou a Diretoria pela publicação do primeiro concurso público da PREVCOM e alertou sobre a necessidade de sistema de avaliação e monitoramento de desempenho bem estruturado diante da formação de um quadro próprio concursado, bem como sobre o desafio de gestão da rotatividade decorrente desse modelo. Vanessa, Diretora Administrativa, esclareceu que o Regulamento do Plano de Empregos, Carreiras e Salários prevê, em anexo específico, o Sistema de Avaliação de Desempenho, definindo critérios de progressão e promoção, limite de até 1% da folha nominal para movimentações, classificações de desempenho e hipóteses de desligamento motivado em caso de avaliações insatisfatórias recorrentes, com primeiro ciclo de avaliação previsto para ocorrer ainda em 2026, aplicável tanto aos concursados quanto aos cargos de livre provimento, exceto quanto à progressão e promoção. Vanessa informou ainda que, para mitigar a rotatividade, foi contratada pesquisa de mercado de salários e benefícios, com definição de faixas salariais por cargo, e que a Fundação aprovou reembolso de auxílio saúde graduado por idade, além de conduzir pesquisa de engajamento em parceria com a ABRAPP, com aprofundamento previsto para 2026 e busca da certificação *Great Place to Work* estimada para 2027/2028. Por fim, o **sétimo item Relatos e Comunicações da Presidência do Conselho**: Marina informou não haver relatos adicionais além do que já havia sido tratado na reunião, registrando a pendência de habilitação, junto à PREVIC, da suplente Vanessa Moreira Ventura no Conselho Fiscal, junto com a vaga da Conselheira Adriana Panunzio. Marina solicitou a Secretaria entre em contato com os conselheiros titulares e suplentes recém-empossados para apresentar as opções de certificação disponíveis, de modo que a Diretoria Administrativa possa viabilizar o processo com antecedência ao vencimento do prazo regulamentar. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani

Presidente do Conselho

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

Henrique Lima leite

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

Paulo Rafael Minetto Maceta

Conselheiro

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 30/07/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 30/07/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 31/07/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Lima Leite, Conselheiro**, em 31/07/2026, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 03/08/2026, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta, Conselheiro**, em 04/08/2026, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno, Assessor I**, em 04/08/2026, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0114116903** e o código CRC **FA2B8C7E**.
